

PLANO DE **RESPOSTA A INCIDENTES**

DESVIO DE CONDUTA, FRAUDE E CORRUPÇÃO

CGE
Controladoria
Geral do Estado



Governo de
**Mato
Grosso**

PAULO FARIAS NAZARETH NETTO
Secretário Controlador-Geral do Estado

JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO
Secretário-Adjunto Executivo e de Ações Estratégicas

KAREN CRISTINA OLDONI DA SILVA
Secretária-Adjunta de Ouvidoria-Geral e Transparência

JOELCIO CAIRES DA SILVA ORMOND
Secretário-Adjunto de Auditoria e Controle

RENAN ZATTAR FERREIRA DA SILVA
Secretário-Adjunto de Corregedoria-Geral

Projeto Gráfico e Diagramação

ANGEILTON ALENCAR
Unidade de Comunicação da CGE-MT

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. OBJETIVOS	6
3. TERMOS E DEFINIÇÕES	8
4. ATORES E RESPONSABILIDADES	11
5. TABELA DE INCIDENTES DE DESVIO DE CONDUTA, FRAUDE E CORRUPÇÃO POSSÍVEIS	13
6. PASSO A PASSO DO PROCESSO DE RESPOSTA AO INCIDENTE	16
7. CANAIS DE COMUNICAÇÃO	19
ANEXO I: FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE RESPOSTA A INCIDENTES DE DESVIO DE CONDUTA, FRAUDE E CORRUPÇÃO	21

INTRODUÇÃO



Como órgão de controle interno, a Controladoria Geral do Estado tem a responsabilidade legal de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e pela conduta ética dos servidores.

Nesse sentido, é essencial que possua um plano de resposta a incidentes de desvios de conduta, fraudes e corrupção, com parâmetros claros e eficazes previamente definidos para lidar com tais situações quando são reportadas.

Este plano busca garantir uma abordagem rápida, consistente e adequada quando identificadas violações à integridade, sem se limitar a um tipo específico de incidente ou tratar exaustivamente todos os incidentes possíveis, instituindo etapas acionáveis, linhas de comunicação, funções e encaminhamentos necessários para responder aos incidentes de acordo com suas respectivas naturezas.

Estabelecer diretrizes e procedimentos para lidar com desvios de conduta, eventos de fraudes e corrupção vai além da mera adoção de formalidades administrativas, constitui uma ação concreta dentro do compromisso do órgão com a transparência, responsabilidade e prestação de contas perante a sociedade, visando à proteção dos interesses do Estado e de seus cidadãos.

Em última análise, este plano é um instrumento importante para que a CGE/MT cumpra sua missão de contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, assegurando que o Estado sirva ao público de maneira íntegra, eficiente e responsável.

OBJETIVOS



Este documento destina-se a assegurar ação rápida e eficaz quando identificados incidentes de desvio de conduta e/ou eventos de fraude e corrupção. Seus objetivos principais incluem:

- **Resposta Rápida e Protocolo Claro:** Este plano de resposta a incidentes tem como objetivo primordial estabelecer um protocolo claro e padronizado para ação imediata em casos de desvios de conduta, fraude e corrupção identificados ou reportados à Controladoria Geral do Estado. A existência de um roteiro bem definido é essencial para garantir celeridade e eficiência na resolução dos incidentes.
- **Correção de Desvios e Aplicação de Sanções:** O plano também visa à correção de desvios e aplicação de sanções cabíveis de forma tempestiva. Isso significa identificar e resolver as causas subjacentes que desencadearam o incidente, além de punir os responsáveis de forma adequada. A aplicação de sanções, conforme a legislação, de maneira ágil e justa é crucial para manter a ética e a integridade dentro da instituição.
- **Recomposição do Erário e Inibição de Infrações:** Outro foco do plano é aumentar a eficácia na recuperação de ativos, estabelecendo procedimentos que maximizem as chances de recomposição do erário ao se adotar tempestivamente as medidas adequadas. A utilização do roteiro funcionará também como inibidor de futuras infrações, reforçando o compromisso do órgão com a integridade dos recursos públicos.
- **Fortalecimento da Confiança Pública:** Por fim, o plano busca fortalecer a confiança da sociedade nos serviços prestados pelo Poder Executivo estadual. Além disso, ao demonstrar efetividade na apuração de incidentes e responsabilização por eventuais desvios, o plano solidifica a imagem da Controladoria Geral do Estado como uma entidade comprometida com a legalidade e a melhoria da prestação do serviço público, fundamentais para a democracia e o fortalecimento das instituições públicas do Estado de Mato Grosso.

TERMOS E DEFINIÇÕES



Para facilitar o entendimento e a compreensão deste Plano, serão adotadas as seguintes definições:

- **Incidente:** Qualquer evento que seja, ou se suspeite ser, uma violação das políticas internas ou da legislação aplicável relacionada à fraude ou à corrupção, ou ao desvio de conduta.
- **Desvio de conduta:** Refere-se a qualquer ação ou omissão que viole os deveres e proibições estabelecidos para o cargo, função ou emprego público, ou, ainda, violações de natureza ética.

Alguns exemplos de desvios de conduta são as violações mais brandas às normas do Estatuto do Servidor Público de Mato Grosso, tal como o abandono de cargo, podendo incluir algumas mais graves, como assédio e desídia, desde que não cumulada com a prática de fraude ou ato de corrupção.

- **Fraude:** Em sentido genérico utilizado neste Plano, pode ser definida como qualquer ato ou omissão intencional concebido para enganar terceiros com o objetivo de obter uma vantagem injusta ou ilegal em prejuízo da administração pública, podendo ser praticada tanto por servidores públicos, gestores ou empregados, como por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas, por meio de seus representantes) que se relacionam com a administração.

No âmbito da administração pública, a fraude pode se manifestar de várias maneiras, como: omissão intencional ou fornecimento de informações incorretas ou incompletas, manipulação, falsificação ou alteração de registros, apropriação indébita de ativos, supressão ou omissão de transações nos registros contábeis e registros de transações sem comprovação.

A intenção é um elemento importante para diferenciar a fraude do erro. O erro, ainda que possua grande potencial de prejuízo, não é objeto deste plano.

- **Corrupção:** Em sentido estrito, a legislação penal define corrupção como o ato de oferecer/prometer (ativa) vantagem indevida a funcionário público, ou este solicitar/receber (passiva), para a prática de ato no exercício da função.

Todavia, para fins de aplicação deste Plano, utilizar-se-á o termo em seu sentido amplo, englobando atos diversos relacionados ao mau uso do poder público ou financeiro confiado a um agente público para fins ilegítimos, como a própria oferta ou recebimento de propina, tráfico de influência, atos de improbidade administrativa.

Embora a corrupção possa envolver ou não atos fraudulentos, e nem todos os atos fraudulentos configurem necessariamente corrupção, para fins de aplicação deste Plano, os termos serão utilizados em conjunto, especialmente com vistas a dar celeridade nas etapas iniciais de resposta aos incidentes, pois frequentemente ambos estão relacionados a eventos mais graves de lesão à atividade administrativa ou ao erário, ensejando, portanto, a adoção de procedimentos semelhantes até a conclusão dos devidos processos de apuração.

ATORES E RESPONSABILIDADES



Dentre os principais responsáveis, em caso de incidente de desvio de conduta, fraude ou corrupção identificados, relacionam-se a seguir aqueles que atuarão diretamente no processo de trabalho descrito neste Plano.

- **Secretaria Adjunta de Ouvidoria e Transparência:** Primeiro ponto de contato para relatos de incidentes de desvio de conduta, fraude e corrupção, sendo responsável por receber, analisar e encaminhar as denúncias aos setores competentes para apuração, bem como pelo registro do atendimento, encaminhamentos e arquivamento de denúncias no sistema Fale Cidadão.
- **Gabinete do Secretário Controlador-Geral do Estado:** Responsável por analisar e tratar as denúncias recebidas, solicitando informações aos órgãos externos ou elaboração de relatório de inteligência para complementação das informações, conforme o caso, e determinando as providências a serem adotadas.
- **Secretaria Adjunta de Ações Estratégicas:** Responsável pela coleta de dados e elaboração de relatório de inteligência, quando determinado pelo Secretário Controlador-Geral do Estado;
- **Órgão ou Entidade Externa:** Órgão ou entidade envolvida ou cujos servidores estejam envolvidos nos fatos denunciados, podendo o dirigente máximo ser instado a se manifestar por solicitação do Secretário Controlador-Geral do Estado;
- **Secretaria Adjunta de Auditoria e Controle:** Responsável por realizar trabalhos de Auditoria em relação aos fatos reportados, quando determinado pelo Secretário Controlador-Geral do Estado;
- **Secretaria Adjunta de Corregedoria:** Encarregada de instaurar e conduzir processo de Investigação Preliminar Sumária relacionado aos incidentes denunciados quando determinado pelo Secretário Controlador-Geral do Estado, e, por conseguinte, se for o caso, processar pessoas físicas e jurídicas envolvidas para fins de sancionamento administrativo.

TABELA DE INCIDENTES DE DESVIO DE CONDUTA, FRAUDE E CORRUPÇÃO POSSÍVEIS



A tabela abaixo apresenta exemplos de incidentes, descrevendo brevemente os atos e circunstâncias que podem configurá-los, além de sugerir uma classificação para a tomada de medidas apropriadas.

Ressalta-se que a tabela não pretende ser uma lista completa de todos os possíveis incidentes, nem fornecer uma classificação definitiva dos fatos relacionados, mas tão somente objetiva facilitar a compreensão da aplicação deste Plano.

INCIDENTE	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Corrupção (sentido estrito)	Oferecimento ou recebimento de vantagens indevidas	Fraude/Corrupção
Peculato	Apropriação indevida de recursos públicos	Fraude/Corrupção
Nepotismo	Favorecimento de familiares em atos e decisões	Fraude/Corrupção
Inserção de dados falsos em sistema de informações	Inserir, alterar ou excluir indevidamente dados em sistemas da administração pública com o fim de obter vantagem ilícita	Fraude/Corrupção
Lavagem de Dinheiro	Ocultação ou dissimulação da origem de recursos obtidos de maneira ilícita	Fraude/Corrupção
Falsificação de Documentos	Alteração ou criação de documentos para obter vantagens indevidas	Fraude/Corrupção
Fraude em Contratos	Manipulação de contratos para beneficiar partes específicas de forma ilegal	Fraude/Corrupção
Expropriação Indevida	Uso não autorizado de recursos públicos para benefício próprio	Fraude/Corrupção
Tráfico de Influência	Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função	Fraude/Corrupção

* Lista exemplificativa

INCIDENTE	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Contratação direta ilegal	Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei	Fraude/Corrupção
Fraude em licitação	Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório ou contrato dele decorrente	Fraude/Corrupção
Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo	Alterar ou pagar indevidamente em um contrato administrativo	Fraude/Corrupção
Perturbação de processo licitatório	Ações que visam perturbar ou fraudar o processo de licitação	Fraude/Corrupção
Violação de sigilo em licitação	Divulgar ou permitir acesso a informações sigilosas de um processo de licitação	Fraude/Corrupção
Impedimento indevido de processo licitatório	Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório	Fraude/Corrupção
Improbidade administrativa	Atos que atentem contra os princípios da administração pública, como enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário	Fraude/Corrupção
Acumulação ilegal de cargos	Exercício de mais de um cargo público quando não permitido por lei	Desvio de conduta
Conflito de Interesses	Tomada de decisão influenciada por interesses pessoais	Desvio de conduta
Abuso de autoridade	Uso indevido do poder conferido ao servidor público para fins pessoais ou para prejudicar outrem	Desvio de conduta
Uso Indevido de Informações	Acesso e uso de informações confidenciais para ganho pessoal	Desvio de conduta

* Lista exemplificativa

PASSO A PASSO DO PROCESSO DE RESPOSTA AO INCIDENTE



O processo de resposta é um componente crítico do plano de resposta a incidentes de uma organização. Ele detalha as ações específicas que devem ser tomadas desde a detecção até a resolução do incidente. A seguir, apresentamos uma sequência detalhada deste procedimento de resposta, conforme descrito no Anexo I:

1. Identificação e Registro: qualquer membro do setor público ou o público em geral pode reportar incidentes de desvio de conduta, fraude e corrupção à Secretaria Adjunta de Ouvidoria e Transparência, que o registrará no sistema Fale Cidadão, nos termos do art. 29 da LC n. 550/2014;

2. Avaliação Inicial pela Ouvidoria: a Ouvidoria classifica o incidente, verifica se preenche os requisitos mínimos para prosseguimento, e decide se deverá ser tratado pela Controladoria Geral do Estado, caso em que encaminha o processo ao Secretário Controlador-Geral para deliberações;

3. Avaliação Inicial pelo Secretário: este avalia se há informações suficientes para deliberação ou se é cabível ou necessária a solicitação de informações ao órgão envolvido ou a elaboração de relatório de inteligência;

4. Complementação das informações: quando demandado, o órgão envolvido encaminha informações solicitadas ou a Secretaria Adjunta de Ações Estratégicas elabora o relatório de inteligência sobre os fatos apurados, para subsidiar nova análise de recebimento da denúncia;


5. Decisão de tratamento da denúncia: estando o processo instruído com informações suficientes para deliberação, o Secretário Controlador-Geral do Estado decide pelo seu arquivamento, caso não haja elementos suficientes para prosseguimento ou se conclua de plano pela improcedência da denúncia, ou determina o encaminhamento de cópia para os setores competentes de acordo com a natureza dos fatos: Secretaria Adjunta de Auditoria e Controle, para realização de Auditoria e/ou Secretaria Adjunta de Corregedoria, para instauração dos devidos procedimentos correccionais;

6. Registro no Fale Cidadão e Arquivamento: cópia da decisão é enviada para a Secretaria Adjunta de Ouvidoria e Transparência que, em se tratando de notícia registrada por cidadão, elabora resposta informando os encaminhamentos dados pelo Secretário Controlador-Geral do Estado, e arquivava o processo.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO





 **Telefone:** 162 ou 0800.647.1520

 **WhatsApp:** 65 98476-6548

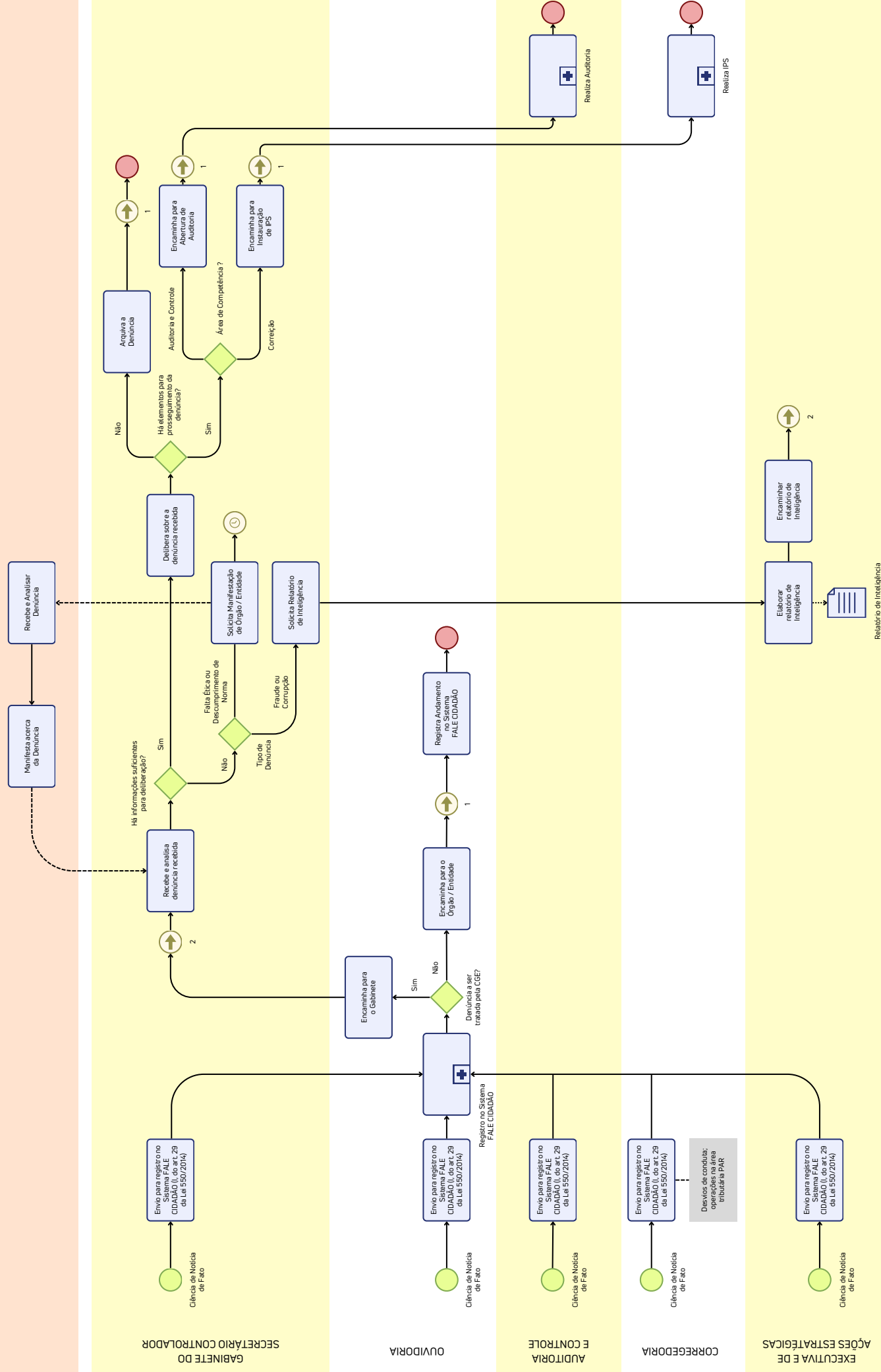
 **Site:** ouvidoria.mt.gov.br

 **Aplicativo:** mtcidadao.mt.gov.br

 **E-mail:** ouvidoria@cge.mt.gov.br

ANEXO I
FLUXOGRAMA DO
PROCESSO DE
RESPOSTA A
INCIDENTES DE
DESVIO DE CONDUTA,
FRAUDE E
CORRUPÇÃO





CGE
Controladoria
Geral do Estado



Governo de
**Mato
Grosso**